

PESSOAS
FIS. 06
RIT

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO ITUANA DE ASSISTÊNCIA
AOS DEFICIENTES VISUAIS
"ESCOLA DE CEGOS SANTA LUZIA"
CNPJ n.º 50.810.993/0001-35**

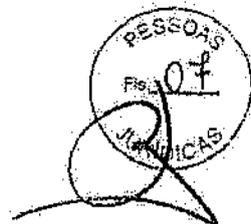
**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

ARTIGO 1º - A Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais "Escola de Cegos Santa Luzia"; também designada apenas "Escola de Cegos Santa Luzia", fundada em 11 de setembro de 1982 e Registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídica da Cidade de Itu/SP sob o n. 423 em 23 de dezembro de 1982, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, e duração por tempo indeterminado, com sede, administração e foro legal no Município de Itu, Estado de São Paulo, à Rua Jasmim, n.º 71, Bairro Parque Industrial, CEP: 13309-490.

ARTIGO 2º - A Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais "Escola de Cegos Santa Luzia" tem por finalidades:

- a) Promover a habilitação e reabilitação dos deficientes visuais, promovendo-lhes orientação e instrução, observando sempre: o grau de escolaridade; a capacidade de aprendizagem e possibilidade de reinserção no ambiente de trabalho;
- b) A inclusão do Deficiente Visual na sociedade, com base nos princípios da proporcionalidade e seletividade; tornando-o ativo em atividades condizentes com a sua capacidade, buscando assim, readaptá-lo ao exercício de seus direitos e prerrogativas que lhe são inerentes ao cidadão comum, observando sempre as características e condições de cada deficiente visual, priorizando o atendimento as crianças, e aos que tiverem melhor possibilidade de êxito no aprendizado;
- c) Avaliar por intermédio da equipe técnica, as possibilidades de integração do deficiente visual nas atividades oferecida pela Associação, e encaminhá-los após prévia avaliação, a instituição que melhor poderão ajudá-los e atendê-los;
- d) Desenvolver estratégias para a inclusão no ensino regular e ao mercado de trabalho;
- e) Estimular a realização de estudos e pesquisas, quanto às necessidades da pessoa com deficiência visual, favorecendo a ação de profissionais especializados no assunto;
- f) Interagir junto às organizações médicas, odontológicas, de assistência psicossocial, terapêuticas de estímulos sensoriais, educacionais e outras afins, no sentido de facilitar o acesso dessas pessoas aos serviços competentes e aos benefícios tecnológicos e científicos alcançados nos setores, visando promover o desenvolvimento de suas potencialidades individuais, bem como, estimular a cooperação da comunidade das áreas de saúde e educação, por meio de um trabalho constante de sensibilização e assistência interativa;

Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Itu - SP
JOSÉ CLAUDIO M. RIBEIRO - Orientador
LUIZ ANTONIO DE ABREU - Diretor
15 JAN 2010
3.400 017
Dayse Pessoa FIVE
Escrevente / Autenticada
Não somente com selo de autenticidade)



- g) Oferecer meios de conscientizar a sociedade sobre direito, necessidade e capacidade da pessoa cega e de baixa visão;
- h) Promover a integração do deficiente visual na família e na sociedade, através de atividades profissionais, culturais, recreativas, esportivas e assistenciais, assim como conscientizá-los de suas possibilidades, limitações, direitos e deveres;
- i) Promover orientação vocacional, profissional, treinamento e acesso ao mercado de trabalho;
- j) Oferecer orientação a remoção de barreiras arquitetônicas;
- k) Promover o ajustamento psicossocial;
- l) Oferecer programas para a participação em atividades de lazer e esporte;
- m) Proporcionar a orientação familiar;
- n) Combater preconceitos que possam levar a segregação do deficiente visual e lutar para que, neste sentido, sejam adotadas providências legais ou de outra natureza.

ARTIGO 3º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais "Escola de Cegos Santa Luzia" observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de origem de raça, sexo, religião ou quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos.

ARTIGO 4º - A Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais "Escola de Cegos Santa Luzia", terá um Regimento Interno que, aprovado em Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

ARTIGO 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a Associação se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

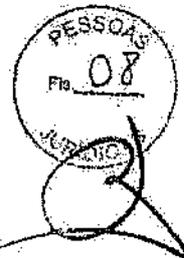
Parágrafo Único - Poderá também a associação criar unidades de prestação de serviços para a execução de atividades visando à sua auto-sustentação, utilizando de todos os meios lícitos, aplicando seu resultado operacional integralmente no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 6º - O quadro social da associação compõe-se de cidadãos por livre escolha, maiores de 18 anos, os quais contribuirão para o desenvolvimento comum dos objetivos da Associação.

Parágrafo Primeiro: É ilimitado o número de associados, distinguidos nas seguintes categorias:





- a) Fundadores: os subscritores desta ata;
- b) Honorários: os que receberem essa distinção pela Assembléa Geral, por proposta da Diretoria, em reconhecimento de seus méritos pessoais e ou de relevantes serviços prestados à Associação ou à comunidade;
- c) Contribuintes: os que contribuem periodicamente com importâncias fixas para os cofres sociais;
- d) Benfeitores: os que receberem essa distinção pela Assembléa Geral por proposta da Diretoria em virtude de benefícios que tenham prestado à Associação sob a forma de doações ou legados.

Parágrafo Segundo: Os associados fundadores e honorários são isentos de contribuição pecuniária para a Associação.

ARTIGO 7º - São direitos dos associados, quites com suas obrigações sociais:

- I- votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II- tomar parte nas Assembléas Gerais;
- III- participar de atos solenes ou comemorativos.

ARTIGO 8º - São deveres dos associados:

- I- cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II- acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléas;
- III- zelar pelo bom nome da Associação;
- IV- realizar ativamente bens e serviços e, pagar pontualmente as mensalidades;
- V- comunicar as mudanças de endereço à Secretaria.

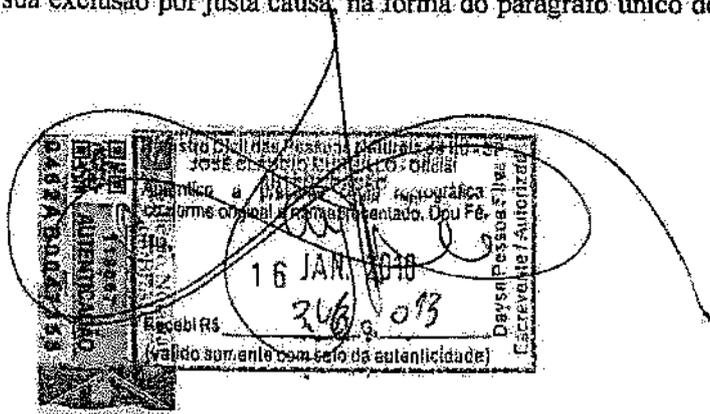
ARTIGO 9º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da Associação.

ARTIGO 10º - Será aplicada a pena de exclusão ao associado que:

- I- causar dano moral ou material à Associação;
- II- não comparecer as reuniões da Associação com regularidade;
- III- servir-se da Associação para fins políticos, ou estranhos aos seus objetivos.

Parágrafo Primeiro: É lícita, também, a exclusão por justa causa de qualquer associado, entendido como justa causa o inadimplemento do dever de colaboração que possa resultar em efetivo prejuízo da atividade da associação, a ponto de romper o equilíbrio da relação de colaboração do associado com os objetivos dispostos neste Estatuto, podendo também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléa Geral especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Segundo: Caberá recurso à Assembléa Geral, por parte do associado excluído, da deliberação que decretou sua exclusão por justa causa, na forma do parágrafo único do artigo 57 do Código Civil.





Parágrafo Terceiro: O associado que vier a ser excluído por justa causa será comunicado da decisão da Assembléia Geral dos Associados no prazo de 15 (quinze) dias a contar da mesma, sem prejuízo da vigência imediata da deliberação.

Parágrafo Quarto: O associado excluído por justa causa terá um prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação de sua exclusão, para apresentar recurso escrito e fundamentado da decisão e para requerer por escrito a convocação de uma Assembléia Geral dos Associados para deliberar sobre o tal recurso.

Parágrafo Quinto: Decairá do direito de recurso à Assembléia Geral dos Associados, aquele que, após ter sido notificado de sua exclusão, não se manifestar por escrito, dentro do prazo estabelecido neste Estatuto, devidamente fundamentado, e não solicitar convocação de assembléia no prazo estabelecido no parágrafo 5º deste artigo.

Parágrafo Sexto: Poderá o associado, a qualquer tempo, solicitar a sua demissão por escrito.

CAPÍTULO III DAS FONTES DE RECURSO PARA A MANUTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 11º - Os recursos financeiros da "Escola de Cegos Santa Luzia" serão constituídos por:

- a) Contribuições mensais e/ou anuidades devidas pelos associados;
- b) Subvenções de qualquer natureza;
- c) Donativos de qualquer natureza;
- d) Rendas patrimoniais e juros sobre o capital próprio;
- e) Cessão de direitos autorais e de marca;
- f) Taxas e emolumentos;
- g) Rendas de serviços internos, tais como sublocação de espaço para realização de eventos em geral;
- h) Rendas eventuais de cursos, seminários, congressos, simpósios, fóruns, eventos em geral;
- i) Rendas de eventuais publicações editoriais, livros editados por ela ou por outrem, pesquisas, patrocínios, entre outros;
- j) Rendas auferidas com acordos de permutas com outras empresas para a realização de serviços ou produção de qualquer material para a entidade; e
- k) Rendas auferidas com a inclusão de *banners* ou selos ou mensagens de empresas no portal da entidade ou nos veículos de comunicação aos associados e ao mercado por ela patrocinados.

ARTIGO 12º - Outra fonte de recurso é a promoção de eventos diversos que poderão ser realizados, como a noite da pizza, da sobremesa, jantares e bazares onde os recursos arrecadados são destinados à manutenção da Associação.





CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 13º - A Associação será administrada por:

- I- Assembléia Geral;
- II- Diretoria;
- III- Conselho Fiscal.

ARTIGO 14º - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

ARTIGO 15º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I- eleger os administradores;
- II- destituir os administradores;
- III- decidir sobre a dissolução da associação;
- IV- decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V- aprovar o Regimento Interno;
- VI- aprovar as contas;
- VII- alterar o Estatuto.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os incisos II e VII é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

ARTIGO 16º - A Assembléia Geral, realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano para:

- I- aprovar a proposta de programação anual da Associação, submetida pela Diretoria;
- II- apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III- discutir e aprovar as contas e o balanço apreciados pelo Conselho Fiscal.

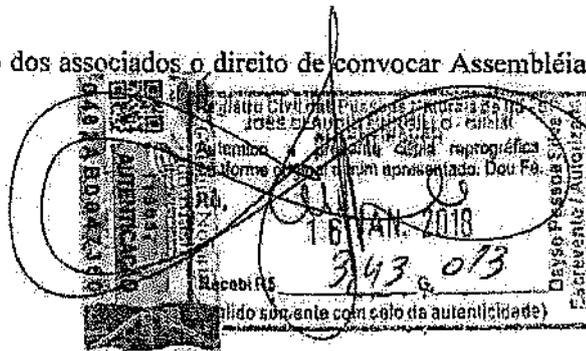
ARTIGO 17º - A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I- pela Diretoria;
- II- pelo Conselho Fiscal;
- III- por requerimento de um quinto dos associados quites com as obrigações sociais.

ARTIGO 18º - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Associação, publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único: - Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados inscritos até a data da mesma e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

ARTIGO 19º - Será garantido a um quinto dos associados o direito de convocar Assembléia Geral.





ARTIGO 20º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, primeiro e segundo Secretários, primeiro e segundo Tesoureiros, um Diretor de Divulgação e um Diretor de Patrimônio.

Parágrafo Primeiro: - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo haver reeleições consecutivas, sem qualquer limitação, sendo que seus membros deverão permanecer nos seus cargos até a posse dos novos eleitos.

Parágrafo Segundo: Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Parágrafo Terceiro: As eleições serão realizadas no mês de novembro, nos anos ímpares, podendo a chapa ser apresentada até a data da Assembleia de Eleição e a posse sempre no ano subsequente a eleição no dia 01 de janeiro.

ARTIGO 21º - Compete à Diretoria:

- I - elaborar programa anual de atividades e executá-la;
- II - elaborar e apresentar à Assembléia Geral, o relatório anual;
- III - entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV - contratar e demitir funcionários.

ARTIGO 22º - A Diretoria reunir-se-á sempre que houver necessidade ou interesse da Associação.

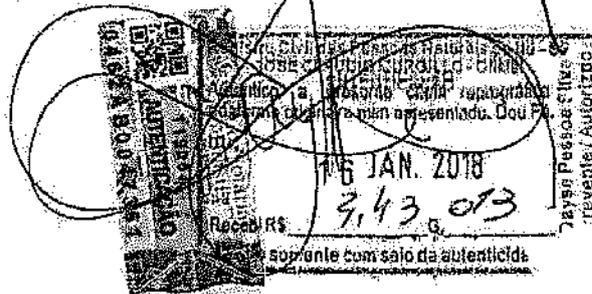
ARTIGO 23º - Compete ao Presidente:

- I - representar a Associação ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente;
- II - cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- III - presidir a Assembléia Geral;
- IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V - supervisionar os serviços da Associação e dar a orientação geral para seu funcionamento;
- VI - visar os livros sociais;
- VII - autorizar as aquisições e despesas da Associação, visando às contas respectivas;
- VIII - subscrever, para apresentação à Assembléia Geral Ordinária, o Relatório de atividades e o Balanço Geral e Demonstrativo de Receita e Despesa no fim de cada exercício social, bem como a previsão orçamentária para o exercício seguinte.

ARTIGO 24º - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

ARTIGO 25º - Compete ao primeiro Secretário:





ARTIGO 31º - A Associação se obrigará sempre pela assinatura do Diretor Presidente conjuntamente com qualquer outro Diretor.

Parágrafo Único - Na ausência ou impedimento do Diretor Presidente, assinará seu substituto na forma estatutária, conjuntamente com outro Diretor.

ARTIGO 32º - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros e 06 (seis) suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro: - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, podendo haver reeleição e seus membros deverão permanecer em atividades até a posse dos novos eleitos.

Parágrafo Segundo: - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

ARTIGO 33º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da Associação;
- II - examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III - apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
- IV - opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da Associação.

Parágrafo Primeiro: O Conselho reunir-se-á ordinariamente para o exame das contas anuais da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário.

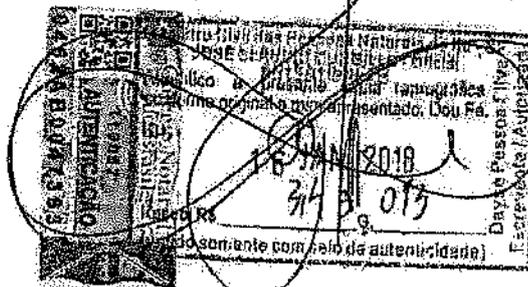
Parágrafo Segundo: A Escrituração deverá ser feita de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

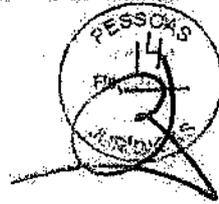
ARTIGO 34º - Não percebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 35º - O patrimônio da Associação será constituído dos bens, móveis, imóveis, veículos e semoventes, ações, apólices da dívida pública, contribuições dos associados, auxílios e doativos em dinheiro.

ARTIGO 36º - A Associação aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.





Parágrafo Único: Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras de serviços a ela vinculada, no âmbito do Estado-concessor.

ARTIGO 37º - A Associação não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma.

ARTIGO 38º - A Associação aplicará subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

ARTIGO 39º - Não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

ARTIGO 40º - Em caso de dissolução ou extinção da Associação destina o eventual patrimônio remanescente à associação congênere, dotada de personalidades jurídicas, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no Município de origem, e devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou a uma entidade pública.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

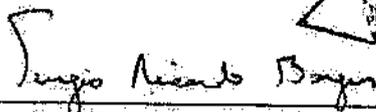
ARTIGO 41º - A Associação será dissolvida por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se torne impossível a continuação de suas atividades.

ARTIGO 42º - São inalteráveis os objetivos básicos da Associação, quais sejam a instrução e assistência aos deficientes visuais.

ARTIGO 43º - O exercício social compreenderá o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 44º - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

Itu, 30 de novembro de 2017.



Sergio Ricardo Borges
Presidente
RG: 17.213.017-7-SSP/SP
CPF: 073.353.408-29



Claudinei Novelli
Primeiro Secretário
043802463-0 - Min. Def./EB
CPF: 505.645.366-87



Ricardo Jordani
OAB/SP 200.725

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ITU/SP
ILZA PERSONA FIORAVANTI - Oficial - R. Marechal Deodoro, 570
Registrado em microfilme sob o nº 17129
Averbado a margem do registro nº 423
do livro A _____ fls. 441
11 JAN 2018

Itu-SP

Selo e taxas recolhidos por Verbas

Regina Célia Fioravanti
Escrivente



1º Tabelião **Itu**
Nota e Protocolos

Rua Sena Cruz, 757 - Centro - Itu / SP
Tel: (11) 4014.7337 - www.cartorioitu.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA a firma sem valor legalístico de
BERNARD RICARDO BORTES

Itu, 04/01/2018. Em testemunho da verdade

MARCIO HENRIQUE DOS SANTOS - ESCRIVENTE
Valor por Firma: R\$ 5,02 - Válido com selo de autenticidade.

